

CONCURSO PÚBLICO

Nível Superior

CARGO

1

ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: JUDICIÁRIA

MANHÃ

CADERNO C

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno e os dados identificadores do seu cargo coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto ao tipo de caderno ou quanto aos dados identificadores do seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Comandar é servir, nada mais e nada menos.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **22/4/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **23 e 24/4/2009** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **22/5/2009** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 **Cult** — O que significa exatamente “capitalismo do desastre”?

Naomi Klein — Veja o que aconteceu após o furacão Katrina, exemplo clássico do capitalismo do desastre. Não considero o Katrina um desastre “natural” porque envolveu uma clara omissão do Estado — no sentido de que as barragens estavam deterioradas. Imediatamente depois do ocorrido, um político republicano, Richard Baker, disse “não pudemos limpar os projetos de conjuntos habitacionais, mas Deus fez isso por nós”. Isso é o capitalismo do desastre! É uma ideia muito velha, que já existia na mentalidade colonial. Na América do Norte, os colonos que ocuparam a Nova Inglaterra tinham uma teoria religiosa sobre a varíola, pois a causa principal de mortalidade dos índios era a doença. Nos diários da época, falava-se da moléstia como uma dívida de Deus. De diversas maneiras, estavam usando a mesma formulação que o político republicano. Quando a varíola acabou com diversas comunidades dos iroquois e a terra deles foi invadida pelos colonos, Deus foi invocado, e o desastre foi visto como um ato divino. Então, sim, isso não é novidade. Mas, o que há de novo aqui, e que vimos em Nova Orleans, é que não apenas o desastre foi utilizado para a privatização do sistema educacional e habitacional, mas a resposta ao próprio desastre foi vista como oportunidade de mercado. E essa é realmente a última fronteira para o neoliberalismo. Todas as partes do estado foram privatizadas: estradas, eletricidade, telefone, água. Haviam sobrado apenas as funções fundamentais: os militares, a polícia, os bombeiros. Mas agora estamos assistindo ao surgimento de um complexo do capitalismo do desastre: negócios que dependem diretamente desse conjunto de crises e desastres.

Naomi Klein. *Resistindo ao choque*. In: *Cult* – Revista Brasileira de Cultura. São Paulo: Bregantini, n.º 125, jun./2008, p. 10 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e às estruturas do texto acima, que é parte de uma entrevista de Naomi Klein à revista **Cult**, julgue os itens a seguir.

- 1 A entrevistada considera o furacão Katrina um exemplo clássico do capitalismo do desastre, porque sua ocorrência está relacionada à omissão do Estado.
- 2 Para a entrevistada, o capitalismo do desastre promove, além da privatização de bens públicos, a criação de um mercado que se alimenta dos desastres e das crises do próprio sistema.
- 3 O trecho “Veja o que aconteceu” (l.3) é exemplo de um dos elementos característicos de entrevistas: o recurso de o interlocutor dirigir a mensagem diretamente ao seu receptor.
- 4 A grafia diferenciada de “Estado” (l.6) e “estado” (l.26) indica a diferença de sentido entre as palavras no texto, as quais remetem, respectivamente, ao ente que governa e à concreta unidade da federação: Nova Orleans.
- 5 Segundo a entrevistada, a fala do político republicano — trecho entre aspas nas linhas de 8 a 10 — e o discurso dos diários da colonização norte-americana, em nome de interesses econômicos, naturalizam e justificam desastres como o furacão e a dizimação da população provocada pela varíola, ao considerá-los obras divinas.

1 No novo mundo e em especial no Brasil, onde a escravidão foi particularmente cruenta e predatória, o senhor podia tomar qualquer decisão quanto à vida de seu escravo, conforme seu arbítrio. Se considerasse que um escravo o ameaçava, podia mandar cortar seus pés, cegá-lo, suplicia-lo com chibatadas ou matá-lo. A relação senhor/escravo não era um pacto: o senhor não estava obrigado a preservar a vida de seu escravo individual; muito ao contrário, sua liberdade de tirar a vida daquele que coisificara definia sua posição de senhor, tanto mais quanto o fluxo de escravos no mercado lhe permitia repor o plantel sem maiores restrições. A escravidão longeva acabou por abstrair o rosto do escravo, despersonalizando-o e coisificando-o de maneira reiterada e permanente. Ao final, restava apenas a sua cor, definitivamente associada ao trabalho pesado e degradante. A imagem do trabalho e do trabalhador consolidada ao longo da escravidão fez-se, portanto, da sobreposição de hierarquias sociais de cor, de *status* social associado à propriedade e de dominação material e simbólica, em uma mescla de sentidos que convergiram para a percepção do trabalho manual como algo degradado. Dizendo-o de modo mais enfático, a ética do trabalho oriunda da escravidão foi uma ética de desvalorização do trabalho, e seu resgate do ressaibo da impureza e da degradação levaria ainda muitas décadas. Esse quadro de inércia estrutural configurou o ambiente em que se teceu a sociabilidade capitalista no país.

Adalberto Cardoso. *Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social*. In: *Novos estudos* – CEBRAP. São Paulo: UNESP, n.º 80, mar./ 2008, p. 25 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 6 De acordo com o texto, a dominação imposta pela escravidão foi simbólica, pois, desvinculada das condições materiais da produção escravista, atribuiu um sentido degradante ao trabalho escravo.
- 7 Nas linhas 1 e 2, as vírgulas são empregadas para isolar oração intercalada que destaca a especificidade da escravidão no Brasil.
- 8 A significação do vocábulo “coisificara” (l.9) remete ao processo de despersonalização do negro transformado em mercadoria pela escravidão.
- 9 A expressão “tanto mais quanto” (l.10) indica a relação de proporcionalidade entre a liberdade do senhor de dispor da vida de seu escravo e o alto fluxo de escravos no mercado.
- 10 Considerando-se o contexto da escravidão abordado no texto, a expressão “à propriedade” (l.19) poderia ser substituída por **ao imóvel**, uma vez que o substantivo “propriedade” refere-se às terras, um bem fixo dos grandes proprietários rurais.

- 1 13 DE JUNHO... Vesti as crianças e eles foram para a escola. Eu fui catar papel. No Frigorífico vi uma mocinha comendo salsichas do lixo. (...) Os preços aumentam igual
4 as ondas do mar. Cada qual mais forte. Quem luta com as ondas? Só os tubarões. Mas o tubarão mais feroz é o racional. É o terrestre. É o atacadista. A lentilha está a 100
7 cruzeiros o quilo. Um fato que alegrou-me imensamente. Eu dancei, cantei e pulei. E agradei o rei dos juizes que é Deus. Foi em janeiro quando as águas invadiu os armazens e
10 estragou os alimentos. Bem feito. Em vez de vender barato, guarda esperando alta de preços: Vi os homens jogar sacos de arroz dentro do rio. Bacalhau, queijo, doces. Fiquei com
13 inveja dos peixes que não trabalham e passam bem.

Carolina Maria de Jesus. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2004, p. 54 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 11 A indicação da data da escrita, o emprego da primeira pessoa do singular e a exposição de fatos reais permitem caracterizar o texto como um diário, embora se verifique no texto, também, o emprego da linguagem conotativa, típica do texto literário.
- 12 O emprego do sinal indicativo de crase em “as ondas” (l.4) é facultativo, uma vez que a palavra “igual” (l.3), que equivale a **como**, dispensa a preposição.
- 13 O ponto final logo após as orações coordenadas “dancei, cantei e pulei” (l.8) pode ser substituído por vírgula sem prejuízo gramatical ou de sentido, desde que a conjunção “E” (l.8) seja escrita em minúscula.
- 14 O referente da forma verbal “guarda” (l.11) é a expressão “o atacadista” (l.6).

Carta do desembargador X... ao chefe de polícia da Corte

1 Corte, 20 de setembro de 1875.

Desculpe V. Ex.^a o tremido da letra e o desganhado do estilo; entendê-los-á daqui a pouco. Hoje, à tardinha,
4 acabado o jantar, enquanto esperava a hora do Cassino, estirei-me no sofá e abri um tomo de Plutarco. V. Ex.^a, que foi meu companheiro de estudos, há de lembrar-se que eu,
7 desde rapaz, padeci esta devoção ao grego; devoção ou mania, que era o nome que V. Ex.^a lhe dava, e tão intensa que me ia fazendo reprovar em outras disciplinas. Abri o
10 tomo, e sucedeu o que sempre se dá comigo quando leio alguma cousa antiga: transporto-me ao tempo e ao meio da ação ou da obra. Foi o que se deu hoje. A página aberta
13 acertou de ser a vida de Alcebiades. (...) Juro a V. Ex.^a que não acreditei; por mais fiel que fosse o testemunho dos sentidos, não podia acabar de crer que tivesse ali, em minha
16 casa, não a sombra de Alcebiades, mas o próprio Alcebiades redivivo. Nutri ainda a esperança de que tudo aquilo não fosse mais do que o efeito de uma digestão mal rematada, um
19 simples eflúvio do quilo, através da luneta de Plutarco.(...) Alcebiades olhou para mim, cambaleou e caiu. Corri ao ilustre ateniense, para levá-lo, mas (com dor o digo) era
22 tarde; estava morto, morto pela segunda vez. Rogo a V. Ex.^a se digne de expedir suas respeitáveis ordens para que o cadáver seja transportado ao necrotério, e se proceda ao
25 corpo de delito, relevando-me de não ir pessoalmente à casa de V. Ex.^a agora mesmo (dez da noite) em atenção ao profundo abalo por que acabo de passar, o que aliás farei
28 amanhã de manhã, antes das oito.

Machado de Assis. **Uma visita de Alcebiades**. In: **50 contos de Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 91-8 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e às estruturas linguísticas do texto **Carta do desembargador X... ao chefe de polícia da Corte** e à redação de correspondências oficiais, julgue os itens subsequentes.

- 15 O título, o formato e o assunto do texto permitem que ele seja classificado como reprodução exemplar de uma correspondência oficial do século XIX no Brasil.
- 16 O texto prima pela clareza, pela concisão e pelo necessário domínio da norma culta da língua portuguesa, preconizados pelas normas atuais da correspondência oficial.
- 17 A aproximação entre o formato de correspondência usada em órgãos públicos e o assunto de âmbito da vida privada, que caracteriza o estilo irônico da carta do desembargador X, é um procedimento inaceitável segundo os parâmetros atuais da redação oficial.
- 18 O fato de o objetivo da carta do desembargador X estar claramente expresso no final da missiva demonstra uma característica do texto que é exigida pelas normas atuais de correspondência oficial: a objetividade.
- 19 O acontecimento informado pelo remetente ao destinatário — a visita de Alcebiades — ocorreu, como ele afirma, graças à sua transposição para o tempo e lugar da obra de Plutarco.
- 20 Em “padeci esta devoção ao grego” (l.7), não haveria prejuízo para o sentido e para a correção gramatical do texto, se fosse empregada a palavra **desta** em lugar de “esta”.

Texto para os itens de 21 a 31

A crise oriunda da toxicidade dos capitais, fato global mais relevante da segunda metade de 2008, ao migrar para as atividades produtivas já no fim do mesmo ano, aprofundou-se e alastrou-se geograficamente. Quase não houve surpresa, para o observador comum dos fatos globais, seu efeito dominó nos primeiros meses de 2009. A África naturalmente não está imune. A retração chinesa teve impacto no continente. O avanço dos capitais do Golfo Pérsico, no entanto, compensou o crédito e o financiamento infraestrutural dos novos projetos do NEPAD, a iniciativa africana de desenvolvimento sustentável e de incorporação social dos mais vulneráveis.

José Flávio Sombra Saraiva. **A África e o outro lado da crise**. In: **Correio Braziliense**, 22/2/2009, p. 17 (com adaptações).

Considerando o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens que se seguem.

- 21 A crise internacional que se estende pelo mundo desde fins de 2008, originada na economia real, moveu-se para o sistema financeiro.
- 22 Os impactos da crise de que trata o texto, embora muito fortes nas economias do Sul, tiveram pouca repercussão nos países do Norte.
- 23 No caminho da crise internacional, a economia do Japão recuou para os níveis da recessão que se presenciou a partir de 1970.
- 24 Com raízes advindas das desregulamentações financeiras dos anos anteriores e, iniciada em 2008, a crise econômica atual já apresenta encaminhamento organizado e sistêmico, com soluções multilaterais consensuais à vista entre governos e empresas.
- 25 Na China, vulnerável diante da dependência das exportações como fator relevante no seu PIB, vê-se crescimento mais lento nos primeiros meses de 2009.

Ainda com relação aos impactos da crise a que o texto se refere, especificamente no contexto africano e latino-americano, julgue os itens a seguir.

- 26** A América Latina está alheia ao processo de deterioração das economias do Norte, ao seguir sua rota de crescimento econômico intocável.
- 27** Em graus diferenciados, ao manter certo crescimento médio acumulado nos últimos anos, as economias africanas seguem com seus problemas estruturais, embora não tenham sido ainda dramaticamente abaladas pela crise internacional.
- 28** No Brasil, maior economia da América Latina, há problemas naturais, advindos do contexto externo adverso, com particular impacto na capacidade exportadora, tendente a diminuir ante as dificuldades de compra de vários de seus parceiros no Norte.
- 29** Nos países da América Latina, muito acoplados à economia norte-americana, como o México, vivem-se momentos de grande dificuldade ante a crise internacional do capitalismo.
- 30** Na África do Sul, país sede da Copa do Mundo de Futebol de 2010, não se distingue influência da crise atual do capitalismo ante o ritmo de construção de estádios e da infraestrutura para o evento internacional que se aproxima.
- 31** Na Argentina, país vizinho e membro do MERCOSUL, aplicou-se recentemente o expediente protecionista na compra de produtos brasileiros, sob alegação fundamentada no atual contexto de crise.

Acerca do trabalho, da tecnologia e do desenvolvimento sustentável, julgue os itens subsequentes.

- 32** No contexto da globalização em que hoje se vive, o mundo do trabalho ainda é uma obrigação do Estado, sendo que a grande maioria dos habitantes do planeta, em idade produtiva, tem um trabalho regular e proteções legais trabalhistas.
- 33** Se um braço da evolução tecnológica contemporânea é a renovação rápida do conhecimento aplicado a inovações, uma contrapartida dessa evolução é a crescente robotização dos processos produtivos, que reduzem a presença das forças de trabalho massivas.
- 34** O desenvolvimento sustentável, uma utopia para o mundo atual, é anseio de todos os setores sociais e políticos dos países centrais do capitalismo.
- 35** Regiões no Brasil como a Amazônia necessitam ainda de melhor aproveitamento de seus recursos naturais e humanos em projeto sustentável e soberano de desenvolvimento que beneficie suas populações e o país no seu conjunto.

Texto para os itens de 36 a 45

Denomina-se proposição toda frase que pode ser julgada como verdadeira — V — ou falsa — F —, mas não como V e F simultaneamente. As proposições simples são aquelas que não contêm mais de uma proposição como parte. As proposições compostas são construídas a partir de outras proposições, usando-se símbolos lógicos e parênteses para evitar ambiguidades. As proposições são usualmente simbolizadas por letras maiúsculas do alfabeto: A, B, C etc. Uma proposição composta na forma $A \vee B$, chamada disjunção, é lida como “A ou B” e tem valor lógico F se A e B são F, e V, nos demais casos. Uma proposição composta na forma $A \wedge B$, chamada conjunção, é lida como “A e B” e tem valor lógico V se A e B são V, e F, nos demais casos. Uma proposição composta na forma $A \rightarrow B$, chamada implicação, é lida como “se A, então B” e tem valor lógico F se A é V e B é F, e V, nos demais casos. Além disso, $\neg A$, que simboliza a negação da proposição A, é V se A for F, e é F se A for V.

A partir do texto, julgue os itens a seguir.

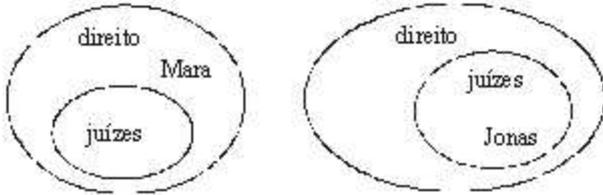
- 36** Na sequência de frases abaixo, há três proposições.
- ▶ Quantos tribunais regionais do trabalho há na região Sudeste do Brasil?
 - ▶ O TRT/ES lançou edital para preenchimento de 200 vagas.
 - ▶ Se o candidato estudar muito, então ele será aprovado no concurso do TRT/ES.
 - ▶ Indivíduo com 50 anos de idade ou mais não poderá se inscrever no concurso do TRT/ES.
- 37** A negação da proposição “O juiz determinou a libertação de um estelionatário e de um ladrão” é expressa na forma “O juiz não determinou a libertação de um estelionatário nem de um ladrão”.
- 38** Caso a proposição “No Brasil havia, em média, em 2007, seis juizes para cada 100 mil habitantes na justiça do trabalho estadual, mas, no estado do Espírito Santo, essa média era de 13 juizes” tenha valor lógico V, também será V a proposição “Se no Brasil não havia, em média, em 2007, seis juizes para cada 100 mil habitantes na justiça do trabalho estadual, então, no estado do Espírito Santo, essa média não era de 13 juizes”.
- 39** As proposições $(\neg A) \vee (\neg B)$ e $A \rightarrow B$ têm os mesmos valores lógicos para todas as possíveis valorações lógicas das proposições A e B.

Uma dedução é uma sequência de proposições em que algumas são premissas e as demais são conclusões. Uma dedução é denominada válida quando tanto as premissas quanto as conclusões são verdadeiras. Suponha que as seguintes premissas sejam verdadeiras.

- I Se os processos estavam sobre a bandeja, então o juiz os analisou.
- II O juiz estava lendo os processos em seu escritório ou ele estava lendo os processos na sala de audiências.
- III Se o juiz estava lendo os processos em seu escritório, então os processos estavam sobre a mesa.
- IV O juiz não analisou os processos.
- V Se o juiz estava lendo os processos na sala de audiências, então os processos estavam sobre a bandeja.

A partir do texto e das informações e premissas acima, é correto afirmar que a proposição

- 40** “Se o juiz não estava lendo os processos em seu escritório, então ele estava lendo os processos na sala de audiências” é uma conclusão verdadeira.
- 41** “Se os processos não estavam sobre a mesa, então o juiz estava lendo os processos na sala de audiências” não é uma conclusão verdadeira.
- 42** “Os processos não estavam sobre bandeja” é uma conclusão verdadeira.
- 43** “Se o juiz analisou os processos, então ele não esteve no escritório” é uma conclusão verdadeira.



Nos diagramas acima, estão representados dois conjuntos de pessoas que possuem o diploma do curso superior de direito, dois conjuntos de juizes e dois elementos desses conjuntos: Mara e Jonas. Julgue os itens subsequentes tendo como referência esses diagramas e o texto.

- 44** A proposição “Mara é formada em direito e é juíza” é verdadeira.
- 45** A proposição “Se Jonas não é um juiz, então Mara e Jonas são formados em direito” é falsa.

Julgue os itens seguintes, acerca de contagem e probabilidades.

- 46** Se, em um concurso público com o total de 145 vagas, 4.140 inscritos concorrerem a 46 vagas para o cargo de técnico e 7.920 inscritos concorrerem para o cargo de analista, com provas para esses cargos em horários distintos, de forma que um indivíduo possa se inscrever para os dois cargos, então a probabilidade de que um candidato inscrito para os dois cargos obtenha uma vaga de técnico ou de analista será inferior a 0,025.
- 47** Considere que a corregedoria-geral da justiça do trabalho de determinado estado tenha constatado, em 2007, que, no resíduo de processos em fase de execução nas varas do trabalho desse estado, apenas 23% tiveram solução, e que esse índice não tem diminuído. Nessa situação, caso um cidadão tivesse, em 2007, um processo em fase de execução, então a probabilidade de seu processo não ser resolvido era superior a $\frac{4}{5}$.
- 48** Se, em determinado tribunal, há 54 juizes de 1.º grau, entre titulares e substitutos, então a quantidade de comissões distintas que poderão ser formados por 5 desses juizes, das quais os dois mais antigos no tribunal participem obrigatoriamente, será igual a 35.100.
- 49** Existem menos de 4×10^5 maneiras distintas de se distribuir 12 processos entre 4 dos 54 juizes de 1.º grau de um tribunal de forma que cada juiz receba 3 processos.
- 50** Se, de um grupo de pessoas formado por 15 graduados em direito, 12 graduados em arquitetura e 11 graduados em estatística, 5 forem graduados em direito e estatística; 8, em direito e arquitetura; 4, em arquitetura e estatística; e 3, em direito, arquitetura e estatística, então, nesse grupo, haverá mais de 5 pessoas graduadas somente em direito.

Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; STF = Supremo Tribunal Federal; TCU = Tribunal de Contas da União; TRT = Tribunal Regional do Trabalho; TST = Tribunal Superior do Trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da aplicação e da interpretação das normas constitucionais e do controle de constitucionalidade, julgue os itens seguintes.

- 51** Caso o STF declare, de forma incidental, no julgamento de um recurso extraordinário, que um artigo de determinada lei federal é inconstitucional, nesse caso, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o STF, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela decisão ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- 52** Caso julgue improcedente a declaração de inconstitucionalidade de uma lei federal em face da CF, sob o argumento de que há uma interpretação na qual aquela lei está em conformidade com a constituição, o STF aplicará a técnica de interpretação da declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.
- 53** O princípio da conformidade funcional visa impedir, na concretização da CF, a alteração da repartição das funções constitucionalmente estabelecidas.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos direitos e às garantias fundamentais.

- 54** O estrangeiro sem domicílio no Brasil não tem legitimidade para impetrar *habeas corpus*, já que os direitos e as garantias fundamentais são dirigidos aos brasileiros e aos estrangeiros aqui residentes.
- 55** Caso um escritório de advocacia seja invadido, durante a noite, por policiais, para nele se instalar escutas ambientais, ordenadas pela justiça, já que o advogado que ali trabalha estaria envolvido em organização criminosa, a prova obtida será ilícita, já que a referida diligência não foi feita durante o dia.

A respeito das competências da União, dos estados e dos municípios e da organização dos poderes, julgue os itens a seguir.

- 56** Compete ao presidente do TRT encaminhar projeto de lei ordinária ao Congresso Nacional cujo objeto seja a instituição de novo plano de cargos e salários dos servidores daquele tribunal.
- 57** Um quinto dos membros do TST são escolhidos entre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, atendidos os demais requisitos constitucionais.
- 58** Conforme entendimento do STF, compete à justiça do trabalho apreciar litígios instaurados contra entidades de previdência privada e relativos à complementação de aposentadoria, pensão ou de outros benefícios previdenciários, desde que a controvérsia jurídica resulte de obrigação oriunda de contrato de trabalho.

Com relação à responsabilidade do presidente da República e ao processo legislativo, julgue os itens subsequentes.

- 59** São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
- 60** É constitucional medida provisória que discipline o trâmite da ação rescisória no âmbito da justiça do trabalho, desde que se atente para os limites materiais da CF, tais como a ampla defesa e o contraditório.

Julgue os itens a seguir, acerca dos atos administrativos, dos poderes administrativos, do processo administrativo e da responsabilidade civil do Estado.

- 61** No julgamento de processos administrativos, a administração pública pode, motivadamente, deixar de aplicar jurisprudência a respeito da matéria ou, ainda, discrepar de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais.
- 62** O Estado não responde civilmente pelos danos causados por atos praticados por agrupamentos de pessoas ou multidões, por se tratar de atos de terceiros que caracterizam uma excludente de causalidade, salvo quando se verificar omissão do poder público em garantir a integridade do patrimônio danificado, hipótese em que a responsabilidade civil é subjetiva.
- 63** O desvio de finalidade do ato administrativo verifica-se quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- 64** De acordo com a teoria dos motivos determinantes, os atos administrativos, quando tiverem sua prática motivada, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Havendo desconformidade entre os motivos e a realidade, ou quando os motivos forem inexistentes, a administração deve revogar o ato.
- 65** O poder de fiscalização que o Estado exerce sobre a sociedade, mediante o condicionamento e a limitação ao exercício de direitos e liberdades individuais, decorre do seu poder disciplinar.

João, servidor público da União, exercia função de gestão dos contratos administrativos celebrados com fornecedores de bens e serviços a TRT de cujos quadros funcionais era integrante. O TCU, movido por denúncia anônima, promoveu a fiscalização sobre a legalidade e a economicidade dos contratos celebrados com o TRT e apurou que João era sócio de uma das empresas contratadas para prestação de serviços, muito embora não exercesse a sua administração ou gerência. Após regular tramitação do processo administrativo disciplinar, ao servidor foi aplicada a sanção de demissão pelo fato de ser sócio de uma empresa privada, o que, segundo afirmação constante do relatório conclusivo do processo, era vedado pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União. Irresignado, o servidor demitido conseguiu anular a decisão demissional e foi reintegrado aos quadros funcionais da União. Tempos depois, o superior hierárquico de João abriu novo procedimento administrativo com o objetivo de declarar a nulidade da reintegração por não ter ocorrido a posse do servidor quando de seu retorno ao cargo.

De acordo com as informações contidas no texto acima e com base no regime jurídico dos servidores públicos civis da União e nas regras a respeito do controle da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 66** A demissão de João foi aplicada de forma correta, porque o referido estatuto proíbe que os servidores sejam sócios de empresas privadas, independentemente de exercerem ou não a gerência ou administração da sociedade.
- 67** A posse é exigível nos casos de provimento de cargo por nomeação, razão pela qual não procede o processo administrativo aberto pelo superior hierárquico de João para declarar a nulidade de sua reintegração.
- 68** As regras do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União são inaplicáveis àqueles que ocupam cargos e exercem funções nos TRTs, porque esses são órgãos do Poder Judiciário estadual, e o referido estatuto aplica-se apenas aos servidores federais.
- 69** Constitui ato de improbidade administrativa a contratação de empresa privada da qual um dos sócios seja, ao mesmo tempo, gestor de contratos do órgão ou ente da administração pública que celebrou o contrato, ainda que o respectivo contrato não cause lesão ao erário.
- 70** O TCU integra a estrutura do Poder Legislativo e exerce a atividade auxiliar de controle externo da administração pública, da qual não faz parte o controle da legalidade dos atos administrativos, porque essa atribuição é reservada ao Poder Judiciário.

A respeito do direito do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 71** O serviço de compensação bancária é considerado como essencial para efeitos de greve.
- 72** O registro do sindicato no cartório de registro das pessoas jurídicas é suficiente para conferir a personalidade jurídica à entidade sindical.
- 73** O trabalho executado em condições insalubres, se realizado em caráter intermitente, afasta o direito de recebimento do adicional de insalubridade.
- 74** O acordo individual pactuado entre um empregado e o empregador com o objetivo de compensação de horas não possui qualquer validade.
- 75** Os empregados de empresas distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários têm direito à jornada de trabalho especial dos bancários.
- 76** Empregado eleito como suplente para cargo de direção da comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA) goza da estabilidade provisória desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.
- 77** É vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros das comissões de conciliação prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave.
- 78** Considere que, em determinada empresa, um empregado tenha agredido fisicamente um colega de trabalho, no horário normal de expediente. Nessa situação, para que o empregador possa aplicar a justa causa, deve providenciar a ocorrência policial do fato na delegacia de polícia competente.
- 79** A improbidade é motivo para a demissão do empregado por justa causa. Constitui improbidade o ato lesivo contra o patrimônio da empresa, ou de terceiro, relacionado ou não com o trabalho.
- 80** O falecimento do empregado extingue automaticamente o contrato de trabalho. O aviso prévio é exemplo de direito intransferível aos herdeiros.
- 81** Inadmitte-se o fracionamento das férias aos menores de 18 anos e aos maiores de 50 anos de idade.
- 82** A conversão de um terço do período de férias em dinheiro depende da concordância expressa do empregador.
- 83** A totalidade do salário pode ser paga em utilidades, que são prestações *in natura* que a empresa fornece habitualmente aos empregados por força do contrato de trabalho.
- 84** A ajuda de custo paga ao empregado para a cobertura de despesas na sua transferência para outra localidade integra o seu salário para todos os efeitos.
- 85** Os dias de paralisação da prestação dos serviços em razão de greve, desde que os salários continuem a ser pagos, caracterizam interrupção do contrato de trabalho.

Com relação aos recursos trabalhistas, julgue os itens subsequentes.

- 86** Cabe agravo de petição, no prazo de oito dias, das decisões do juiz de primeiro grau nas execuções, e, considerando-se as peculiaridades do processo do trabalho e o princípio da proteção, é desnecessária a delimitação justificada dos valores impugnados.
- 87** O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não recebe agravo de petição não suspende a execução da sentença.
- 88** Compete à Seção de Dissídios Individuais (SDI) julgar em última instância os embargos interpostos às decisões divergentes das turmas, ou destas com decisão da SDI, ou com enunciado da súmula e as que violarem literalmente preceito de lei federal ou da CF.

Em face dos serviços auxiliares da justiça do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 89** É facultado aos presidentes dos TRTs cometer a qualquer oficial de justiça ou oficial de justiça avaliador a realização dos atos de execução das decisões desses tribunais.
- 90** Em todas as localidades onde existe vara do trabalho há um distribuidor, o qual deve fazer a distribuição segundo a ordem rigorosa de entrada.
- 91** A secretaria da vara do trabalho é responsável pela contagem das custas devidas pelas partes, em seus respectivos processos.
- 92** Caso inexistir órgão específico destinado à distribuição de mandados judiciais no âmbito dos TRTs, nas localidades onde há mais de uma vara, a atribuição para o cumprimento do ato deprecado ao oficial de justiça ou ao oficial de justiça avaliador deve ser transferida a outro oficial, sempre que, após o decurso de nove dias, sem razões que o justifiquem, não tenha sido cumprido o ato, sujeitando-se o serventuário às penalidades da lei.
- 93** Na falta ou no impedimento do oficial de justiça ou do oficial de justiça avaliador, o juiz da vara pode atribuir a realização do ato a qualquer serventuário.
- 94** A realização das penhoras e demais diligências processuais não está entre as atribuições da secretaria da vara do trabalho.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao processo judiciário do trabalho.

- 95** Nos dissídios a respeito da estipulação de salários, são estabelecidas condições que, assegurando justos salários aos trabalhadores, permitem também justa retribuição às empresas interessadas.
- 96** É lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.

Acerca das custas e dos emolumentos no processo do trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 97** Para a formação do agravo de instrumento, é desnecessária a juntada de comprovantes de recolhimento de custas e de depósito recursal relativo ao recurso ordinário, desde que não seja objeto de controvérsia no recurso de revista a validade desses recolhimentos.
- 98** Inexiste deserção do recurso pelo recolhimento insuficiente das custas e do depósito recursal, ainda que a diferença em relação ao *quantum* devido seja ínfima, referente a centavos.
- 99** No caso de inversão do ônus da sucumbência em segundo grau, sem acréscimo ou atualização do valor das custas e se estas já tiverem sido devidamente recolhidas, descabe novo pagamento pela parte vencida, ao recorrer, mas esta deverá, ao final, se sucumbente, ressarcir a quantia.
- 100** Nas varas do trabalho, nos juízos de direito, nos tribunais e no TST, a forma de pagamento das custas e dos emolumentos obedece às instruções expedidas pelo STF.

Julgue os seguintes itens, referentes à vigência e à aplicação da lei no tempo e no espaço.

- 101** Se, durante o período da *vacatio legis*, a norma que vier a ser corrigida em seu texto por conter erros materiais, ensejando nova publicação, será considerada lei nova.
- 102** Na aplicação da norma jurídica, a existência de uma antinomia jurídica real será resolvida pelos critérios normativos, ou seja, o hierárquico, o cronológico e o da especialidade.

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, e do domicílio, julgue os seguintes itens.

- 103** Nas associações, não há direitos e obrigações recíprocos entre os associados.
- 104** O domicílio voluntário da pessoa natural poderá subsistir ante a superveniência do domicílio legal ou necessário.
- 105** Os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos de idade são destituídos da personalidade jurídica, razão pela qual são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- 106** A declaração de ausência acarreta a incapacidade do ausente.

Julgue os seguintes itens, relativos ao negócio jurídico, aos atos jurídicos lícitos e aos atos ilícitos.

107 Todo ato jurídico se origina de uma emissão de vontade, mas nem toda declaração de vontade constitui um negócio jurídico.

108 O ato ilícito poderá originar ou criar um direito para quem o comete.

A respeito de prescrição e decadência, julgue os seguintes itens.

109 A alteração dos prazos por acordo entre as partes é admissível na decadência, porém não o é na prescrição.

110 Se a prescrição for suspensa em favor de um dos credores solidários, só aproveitará aos demais se a obrigação for indivisível.

Julgue os itens seguintes, acerca da ação de consignação em pagamento.

111 A consignação em pagamento via depósito extrajudicial constitui uma primeira fase essencial da ação de consignação, ação essa de procedimento especial, de modo que todo devedor deverá primeiramente efetuar o depósito do valor devido em estabelecimento bancário e promover a comunicação deste ao credor na forma da lei, sob pena de não ter acesso à via judicial para efetuar a consignação.

112 A lei processual determina expressamente que o juiz julgue procedente o pedido de consignação em pagamento no caso de o credor não oferecer contestação, dando causa à ocorrência dos efeitos da revelia, tanto que fica vedado ao julgador examinar e decidir quaisquer outras questões materiais ou processuais reveladas pela própria inicial.

A respeito das disposições gerais dos recursos, julgue os itens a seguir.

113 A lei enumera todos os recursos admitidos no processo, contudo, veda a interposição de duas espécies diversas de recurso contra a mesma decisão, não por força da enumeração taxativa dos recursos, mas, sim, por força da, assim chamada, unirecorribilidade ou singularidade.

114 Desde o Código de Processo Civil de 1939, admite-se a chamada fungibilidade dos recursos, de modo que hoje, mesmo não havendo mais disposição específica acerca do tema, a interposição equivocada de um recurso por outro poderá ser desconsiderada quando houver ausência de erro grosseiro decorrente de dúvida objetiva. Isso autoriza que se tome uma apelação por agravo de instrumento se houver, por exemplo, divergência doutrinária acerca de qual dos recursos é cabível no caso.

Julgue os próximos itens, acerca do processo de execução.

115 Exige-se, como um dos requisitos para a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução, o risco de grave dano de difícil ou incerta reparação, de modo que, já realizada a penhora de bens suficientes à garantia do juízo, a possibilidade de alienação judicial importa o mencionado risco e autoriza o deferimento do efeito suspensivo.

116 No novo sistema da execução, a adjudicação tem preferência sobre os demais meios de satisfação do crédito, de modo que, realizada a penhora do bem, antes mesmo da sua avaliação, pode o exequente requerer que lhe seja adjudicado o bem, desde que o executado não se oponha mediante impugnação.

Com referência às partes e aos procuradores em um processo civil, julgue os itens que se seguem.

117 Não se confundem a responsabilidade de uma das partes por dano processual causado a outra com a responsabilidade destas pelas despesas processuais, sendo certo que, no primeiro caso, a lei processual enumera taxativamente as hipóteses em que se configura a responsabilidade por perdas e danos.

118 Caso uma pessoa adquira um bem cuja propriedade esteja sendo objeto de litígio entre o alienante e terceira pessoa, o adquirente não poderá substituir o alienante no feito, caso a outra parte não consinta, porém será possível ao adquirente ingressar no feito como assistente do alienante, até porque, nessa hipótese, a coisa julgada ultrapassa seus limites usuais para atingir quem adquire a coisa litigiosa.

Julgue o item abaixo, acerca da intervenção de terceiros.

119 Apesar de ser obrigatória a denunciação à lide no caso do evicto que tem o direito de reaver o preço da coisa e demais prejuízos dela decorrentes, não ocorrerá a perda do direito de regresso caso a ação em que controvertem o adquirente e terceira pessoa seja processada sob o rito sumário.

Julgue o item subsequente com relação à prova testemunhal.

120 Os incapazes de depor, entre eles os menores de 16 anos de idade, com exceção das causas que versem sobre direito de família, não poderão depor, mesmo na condição de informantes, a respeito de fatos que somente eles conheçam.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de **trinta** linhas. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Pedro ingressou com reclamação trabalhista contra a empresa Alfa, alegando que teria trabalhado nessa empresa, como empregado, no período de 2/5/2006 até 15/7/2008. A empresa Alfa, em contestação, alegou que Pedro não seria seu empregado, mas sim seu representante comercial. Alegou também, em preliminar, a incompetência da justiça do trabalho para julgar a referida ação.

No entanto, por meio de sentença trabalhista, foi assegurado a Pedro o reconhecimento do vínculo empregatício, além de saldo de salário retido, aviso prévio, 13.º salário e férias, conforme pedido. Não houve, por outro lado, determinação de recolhimento das contribuições sociais em relação aos salários do período do vínculo, mas apenas em relação às parcelas da condenação.

A empresa Alfa não interpôs recurso, mas a União, quando intimada da sentença, interpôs recurso ordinário, com vistas a determinar a cobrança judicial também das contribuições sociais que deveriam ter sido recolhidas ao longo do vínculo de emprego e que não o foram.

O recurso ordinário foi julgado improcedente, razão pela qual a União interpôs recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Este, por sua vez, conheceu o recurso e negou-lhe provimento.

Com referência à situação hipotética acima apresentada, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, de forma objetiva e fundamentada, os seguintes aspectos:

- ▶ competência da justiça do trabalho para determinar o recolhimento da contribuição social destinada à seguridade social, no caso em tela;
- ▶ competência da justiça do trabalho para julgar, no caso em questão, reclamação trabalhista que envolva contrato de representação comercial;
- ▶ possibilidade, no caso em apreço, de interposição de novo recurso contra o acórdão proferido pelo TST.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	